

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, NA MODALIDADE DE COMERCIALIZADOR VAREJISTA, NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE 41 UNIDADES CONSUMIDORAS VINCULADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

#### 1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

**1.1.** A Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S.A. – INOVA OZ, instituída pela Lei Complementar nº 403, de 28 de dezembro de 2022, inscrita no CNPJ sob o nº 52.724.313/0001-96, no exercício das competências que lhe foram legalmente atribuídas, atua como instrumento estratégico do Município de Osasco para a promoção de soluções inovadoras voltadas à eficiência, à economicidade e à modernização da gestão pública. Nos termos do art. 5º, inciso I, da referida lei, compete à Agência desenvolver, planejar e implementar ações relacionadas à eficiência energética, bem como propor soluções tecnológicas capazes de reduzir custos operacionais e aprimorar a prestação dos serviços públicos municipais.

**1.2.** No âmbito da gestão energética, as unidades administrativas e operacionais vinculadas à Administração Pública Municipal apresentam elevado consumo de energia elétrica, configurando despesa corrente relevante e recorrente do orçamento público. Trata-se de consumo associado à continuidade de serviços e atividades públicas, o que impõe à Administração Pública o dever de avaliar alternativas que permitam maior racionalidade no uso dos recursos públicos, mitigando a exposição a reajustes tarifários recorrentes e promovendo maior previsibilidade orçamentária.

**1.3.** Atualmente, o Município de Osasco possui 41 Unidades Consumidoras classificadas no Grupo A (média e alta tensão), plenamente elegíveis à migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), além de outras unidades classificadas no Grupo B (baixa tensão) que apresentam potencial técnico para reenquadramento futuro, ampliando o escopo de racionalização da gestão energética no setor público municipal.

**1.4.** Com a ampliação do acesso ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) para consumidores integrantes do Grupo A, conforme disposto na Portaria Normativa nº 50,

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

de 27 de setembro de 2022, do Ministério de Minas e Energia (MME), consolidou-se uma oportunidade concreta para a adoção de um modelo de contratação de energia elétrica mais eficiente e competitivo. Nesse ambiente, os consumidores podem negociar livremente as condições comerciais de compra de energia elétrica, tais como preços, prazos contratuais e estratégias de contratação, possibilitando maior autonomia na gestão energética e potencial otimização dos custos associados ao consumo de energia elétrica.

**1.5.** No modelo atualmente vigente para essas unidades, denominado Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a energia elétrica é adquirida compulsoriamente das distribuidoras locais, com preços definidos por tarifas reguladas e periodicamente reajustadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, o que limita a capacidade de gestão ativa dos custos e expõe o consumo público a variações tarifárias, bandeiras e encargos setoriais.

**1.6.** Por outro lado, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), os consumidores habilitados podem negociar livremente fornecedores, prazos contratuais e tipos de energia. Conforme apontado por estudos e publicações da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL), esse modelo tem se mostrado capaz de gerar ganhos de eficiência econômica em relação ao mercado cativo, especialmente quando adotadas estratégias de contratação estruturadas e planejamento energético de médio e longo prazo, que contribuem para mitigar a exposição a flutuações tarifárias e aprimorar a previsibilidade orçamentária.

**1.7.** A ampliação do acesso ao ACL para consumidores do Grupo A, promovida pela Portaria Normativa nº 50, de 27 de setembro de 2022, consolidou juridicamente essa alternativa, permitindo que tais unidades adquiram energia elétrica de concessionários, permissionários ou autorizados do Sistema Interligado Nacional (SIN). Ressalta-se que, nos casos de unidades com carga individual inferior a 500 kW, a regulamentação prevê a representação obrigatória por meio de comercializadora varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o que amplia a viabilidade operacional da migração.

**1.8.** Diante desse contexto, a presente contratação tem por objetivo viabilizar o fornecimento de aproximadamente 0,76 MW médios de energia elétrica às unidades

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

consumidoras vinculadas à Administração Pública Municipal, no Ambiente de Contratação Livre, como medida estratégica de gestão energética. A iniciativa busca promover maior eficiência na gestão dos gastos públicos com energia elétrica, ampliar a previsibilidade orçamentária e alinhar a gestão pública municipal às melhores práticas de governança e sustentabilidade na gestão de recursos energéticos, em plena consonância com as competências institucionais da INOVA OZ e com o interesse público envolvido.

**1.9.** A INOVA OZ – Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S.A. figurará como Contratante, atuando por delegação e em representação do Município de Osasco, nos termos do Contrato nº 097/2025, celebrado entre as partes para fins de gestão e eficiência das unidades consumidoras abrangidas, competindo-lhe exercer a governança, a gestão administrativa e técnica, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, assegurando a aderência ao interesse público, às diretrizes de eficiência energética e às metas de economicidade e sustentabilidade estabelecidas.

**1.10.** Considerando que o consumo de energia elétrica objeto desta contratação está diretamente vinculado à continuidade de serviços públicos e ao funcionamento de atividades administrativas essenciais, caberá à Contratada executar integralmente o objeto, observando as condições técnicas, regulatórias, prazos e demais disposições previstas neste Termo de Referência.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de energia elétrica, na modalidade de Comercializador Varejista, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo a migração, representação e suprimento contínuo de 41 unidades consumidoras vinculadas à administração pública municipal pertencentes ao Grupo A, contemplando o fornecimento de aproximadamente 0,76 MW médios de energia elétrica, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo.

**2.2.** O objeto compreende, de forma integrada e indissociável:

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

I – A execução dos serviços preliminares e de pré-migração das unidades consumidoras elegíveis para o Ambiente de Contratação Livre;

II – O fornecimento contínuo de energia elétrica, nos termos e condições pactuados;

III – A representação da Contratante no Ambiente de Contratação Livre, inclusive perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), quando aplicável;

IV – A execução dos serviços de pós-migração, incluindo gestão contratual, acompanhamento, disponibilização de relatórios e demais encargos técnicos necessários à adequada execução do fornecimento.

**2.3.** A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, apurado a partir da soma dos valores totais ofertados para cada ano de fornecimento de energia elétrica, conforme modelo de proposta constante do **Anexo II** do Edital. Para fins de formação da proposta, os licitantes deverão apresentar o preço unitário da energia elétrica, expresso em R\$/MWh (megawatt-hora), para cada ano de fornecimento do contrato, considerando os quantitativos estimados indicados neste Termo de Referência.

**2.4.** O fornecimento de energia elétrica será realizado de forma contínua, durante todo o período de vigência contratual, observadas as condições regulatórias aplicáveis ao Ambiente de Contratação Livre e as especificações técnicas definidas neste Termo.

**2.5.** O objeto descrito neste Termo de Referência enquadra-se como bem e serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei Federal nº 13.303/2016, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, fornecimento e condições comerciais são objetivamente definidos, amplamente praticados no mercado de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**2.5.1.** O fornecimento de energia elétrica na modalidade varejista constitui solução padronizada, ofertada habitualmente por agentes autorizados, sem necessidade de customização técnica específica, permitindo julgamento objetivo das propostas com base em critérios exclusivamente econômicos.

**2.5.2.** Dessa forma, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, mostra-se adequada, eficiente e compatível com a

natureza do objeto, assegurando competitividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### **3. DA MODALIDADE, TIPO DE ENERGIA E ENTREGA DE ENERGIA**

#### **3.1. Da Modalidade de Contratação**

**3.1.1.** O Ambiente de Contratação Livre (ACL) admite a atuação dos consumidores por meio das modalidades atacadista ou varejista, as quais se diferenciam quanto ao grau de complexidade operacional, responsabilidades regulatórias e riscos associados à gestão da compra de energia elétrica.

**3.1.2.** Na modalidade atacadista, o consumidor atua diretamente como agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assumindo obrigações relacionadas à apresentação de garantias financeiras, gestão de exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP), contabilização, liquidação financeira e cumprimento integral das regras e procedimentos do mercado livre. Trata-se de modalidade usualmente adotada por consumidores de grande porte, com elevado consumo agregado e estrutura técnica especializada para a gestão ativa dos contratos de energia.

**3.1.3.** Na modalidade varejista, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1011/2022, o consumidor é representado por um comercializador varejista, que assume, em seu nome, as obrigações regulatórias e operacionais perante a CCEE, incluindo a gestão de garantias, contabilização, liquidação financeira e exposição ao mercado. Essa modalidade reduz significativamente a complexidade operacional e os riscos associados à migração, sendo especialmente adequada a consumidores com múltiplas unidades consumidoras e menor maturidade técnica na gestão direta do ACL.

**3.1.4.** Considerando o quantitativo de 41 unidades consumidoras elegíveis à migração, bem como a necessidade de mitigar riscos regulatórios, operacionais e financeiros, a modalidade varejista apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais adequada para a Administração Municipal de Osasco, assegurando maior previsibilidade, simplicidade operacional e eficiência na gestão do fornecimento de energia elétrica.

#### **3.2. Do Tipo de Energia**

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**3.2.1.** No Ambiente de Contratação Livre, a energia elétrica pode ser comercializada a partir de diferentes fontes de geração integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo fontes convencionais e renováveis, observadas as condições regulatórias e comerciais aplicáveis ao mercado livre de energia.

**3.2.2.** A contratação de energia no ACL permite ao consumidor negociar livremente as condições comerciais de suprimento, incluindo preço, prazo contratual, flexibilidade de modulação e demais características associadas ao fornecimento de energia elétrica.

**3.2.3.** No âmbito desta contratação, caberá à licitante vencedora assegurar o suprimento contínuo de energia elétrica necessário ao atendimento da carga das unidades consumidoras abrangidas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as regras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a regulamentação vigente aplicável ao Ambiente de Contratação Livre.

**3.3. Da Entrega de Energia**

**3.3.1.** A entrega da energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre observará o conceito de modulação, entendida como a distribuição do volume mensal contratado ao longo dos períodos de comercialização, de acordo com o perfil de carga das unidades consumidoras.

**3.3.2.** A modulação deverá refletir o histórico consolidado de consumo das unidades consumidoras do Grupo A, conforme detalhado no **Anexo III – Consumo de Energia e Demanda Contratada das Unidades Consumidoras**, admitindo-se flexibilidade contratual compatível com variações sazonais e com a evolução da demanda ao longo da vigência contratual.

**3.3.3.** A energia elétrica deverá ser disponibilizada de forma contínua até o Ponto de Entrega – Centro de Gravidade no Submercado Sudeste, durante todo o período de suprimento, em conformidade com as regras e procedimentos do Sistema Interligado Nacional (SIN) e do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**4. DA MATRIZ DE RISCO**

**4.1.** A formação do custo estimado da presente contratação considerou a identificação, a análise e a adequada alocação dos principais riscos associados ao

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em observância aos princípios da eficiência, do equilíbrio econômico-financeiro e da repartição objetiva de responsabilidades entre as partes, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

**4.2.** A matriz de risco adotada tem por finalidade estabelecer, de forma clara e objetiva, a responsabilidade da CONTRATANTE e da CONTRATADA quanto à ocorrência de eventos que possam impactar a execução do objeto, mitigando controvérsias e promovendo maior segurança jurídica à contratação.

**4.3. Riscos Alocados À Contratante**

**4.3.1.** Constituem riscos alocados à CONTRATANTE aqueles decorrentes de fatos alheios à atuação direta da CONTRATADA, especialmente relacionados à sua condição de titular das unidades consumidoras e à interação com terceiros integrantes do setor elétrico.

**4.3.2.** Nesse contexto, eventuais atrasos nas etapas do processo de migração das unidades consumidoras para o ACL, inclusive aqueles atribuíveis à concessionária distribuidora local, poderão impactar o cronograma originalmente previsto. Para mitigação desse risco, caberá à CONTRATANTE atuar de forma diligente junto à distribuidora de energia elétrica e, quando necessário, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio dos canais institucionais adequados, visando à obtenção de orientações, esclarecimentos ou medidas corretivas que viabilizem o regular andamento do processo.

**4.3.3.** A ocorrência de atrasos ou falhas atribuíveis à distribuidora local não implicará, por si só, a transferência automática de ônus financeiro à CONTRATANTE, devendo eventuais impactos ser tratados nos limites da regulação setorial aplicável.

**4.4. Riscos Alocados À Contratada**

**4.4.1.** São alocados à CONTRATADA os riscos de natureza operacional, regulatória e financeira diretamente relacionados à sua atuação como fornecedora de energia elétrica e como agente representativo da CONTRATANTE no Ambiente de Contratação Livre.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**4.4.2.** Incluem-se, nesse escopo, os riscos decorrentes do descumprimento de obrigações legais, regulatórias ou contratuais, bem como aqueles associados à sua atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), abrangendo, entre outros, a insuficiência ou inadequação de garantias financeiras exigidas, falhas na contabilização e na liquidação das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP), inconsistências nos dados de medição, bem como a gestão inadequada da exposição entre a energia contratada e a efetivamente consumida.

**4.4.3.** Eventuais impactos financeiros, regulatórios ou operacionais decorrentes dessas situações constituem risco exclusivo da CONTRATADA, não ensejando, por si só, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo-lhe adotar tempestivamente as medidas necessárias à regularização e manter comunicação transparente e contínua com a CONTRATANTE.

**4.4.4.** Não se caracterizam como eventos aptos a ensejar revisão, reajuste ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato as variações do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), alterações em sua metodologia de cálculo, variações usuais de preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou oscilações inerentes ao mercado de energia elétrica, por se tratar de riscos próprios da atividade econômica desempenhada pela CONTRATADA.

**4.5. Riscos Compartilhados**

**4.5.1.** Constituem riscos compartilhados aqueles decorrentes de eventos externos e imprevisíveis, alheios à vontade direta das partes, que possam afetar a execução do contrato.

**4.5.2.** Dentre esses riscos, destacam-se eventuais alterações regulatórias, normativas ou legais no Setor Elétrico Brasileiro que impliquem na criação, modificação ou extinção de encargos, tributos, subsídios ou incentivos, capazes de impactar as projeções econômicas inicialmente estimadas.

**4.5.2.1.** Nessas hipóteses, as partes deverão acompanhar de forma permanente o ambiente regulatório e avaliar, de comum acordo, a adoção de medidas que preservem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável.



**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**4.5.3.** Também se enquadram como riscos compartilhados eventuais medidas emergenciais determinadas pelo Poder Público, tais como programas de racionamento ou racionalização compulsória do consumo de energia elétrica, cujas repercussões contratuais deverão observar a legislação vigente e as Regras de Comercialização aplicáveis ao Ambiente de Contratação Livre.

**4.6. Caso Fortuito e Força Maior**

**4.6.1.** Para fins desta contratação, consideram-se casos fortuitos ou de força maior os eventos imprevisíveis ou inevitáveis que afetem diretamente a execução do objeto, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

**4.6.2.** A caracterização, os efeitos e os procedimentos aplicáveis aos casos fortuitos e de força maior, bem como as hipóteses que não se enquadram nessa definição, serão disciplinados de forma específica no instrumento contratual, observado o princípio da preservação do interesse público e da continuidade do serviço essencial.

**5. DO QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**5.1. Do Quantitativo:**

**5.1.1.** O fornecimento de energia elétrica objeto desta contratação será estruturado para atender a um montante de 0,76 MW médios de energia elétrica, ao longo do período de 5 (cinco) anos, compreendendo os exercícios de 2026 a 2030, conforme detalhamento constante da tabela 01 apresentada no item 5.1.3.

**5.1.2.** As quantidades anuais estimadas totalizam 6.614,56 MWh por ano, com entregas moduladas de acordo com o perfil real de consumo das Unidades Consumidoras, observada a sazonalidade e a curva de carga apurada com base no histórico consolidado dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, conforme disposto no **Anexo III – Consumo de Energia e Demanda Contratada das Unidades Consumidoras.**

**5.1.3.** A contratação prevê flexibilidade contratual de 100% sobre o montante contratado, admitindo ajustes de entrega compatíveis com as variações de consumo das Unidades Consumidoras, nos limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na regulamentação aplicável.

TABELA 01 – QUANTITATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA (ACL) POR PERÍODO DE FORNECIMENTO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	Energia Elétrica (ACL) Montante: <b>0,76 MW médios</b> Flexibilidade: 100% Modulação: <b>Conforme Anexo III</b> Ano de Fornecimento: <b>2027</b>	MWh	6.614,56
2	Energia Elétrica (ACL) Montante: <b>0,76 MW médios</b> Flexibilidade: 100% Modulação: <b>Conforme Anexo III</b> Ano de Fornecimento: <b>2028</b>	MWh	6.614,56
3	Energia Elétrica (ACL) Montante: <b>0,76 MW médios</b> Flexibilidade: 100% Modulação: <b>Conforme Anexo III</b> Ano de Fornecimento: <b>2029</b>	MWh	6.614,56
4	Energia Elétrica (ACL) Montante: <b>0,76 MW médios</b> Flexibilidade: 100% Modulação: <b>Conforme Anexo III</b> Ano de Fornecimento: <b>2030</b>	MWh	6.614,56
5	Energia Elétrica (ACL) Montante: <b>0,76 MW médios</b> Flexibilidade: 100% Modulação: <b>Conforme Anexo III</b> Ano de Fornecimento: <b>2031</b>	MWh	6.614,56

**5.1.4.** Os quantitativos acima representam estimativas baseadas no histórico consolidado de consumo das Unidades Consumidoras, conforme Anexo III do Edital, podendo sofrer ajustes em função de alterações no perfil de consumo, inclusão ou exclusão de unidades consumidoras ou mudanças operacionais da Administração Pública Municipal, observados os limites de flexibilidade previstos neste Termo de Referência e na regulamentação aplicável.

**5.2. Da Descrição da Solução**

**5.2.1.** A solução contratada consiste no fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), associada a flexibilidade integral de consumo, modulação e sazonalidade compatíveis com a curva de carga das Unidades Consumidoras, conforme parâmetros definidos no Anexo III – Consumo de Energia e Demanda Contratada das Unidades Consumidoras.

**5.2.2.** A energia elétrica fornecida poderá ser proveniente de fontes convencionais ou renováveis, observadas as condições de mercado e a regulamentação vigente do setor elétrico, não sendo exigido incentivo tarifário específico na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

**5.2.3.** O fornecimento de energia elétrica deverá ocorrer de forma contínua até o Ponto de Entrega – Centro de Gravidade no Submercado Sudeste, durante todo o período de suprimento contratado, observadas as regras do Sistema Interligado Nacional (SIN) e do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**5.2.4.** Os preços ofertados deverão ser preços finais (all-in) da energia comercializada no ACL, contemplando todos os custos, riscos e encargos associados à comercialização, representação varejista, registro, contabilização, liquidação e entrega da energia até o Centro de Gravidade do Submercado Sudeste, não se confundindo com os encargos de uso do sistema de distribuição faturados diretamente pela concessionária distribuidora às Unidades Consumidoras.

**5.2.5.** Deverão estar incluídos nos preços os tributos incidentes, tais como PIS, COFINS e ICMS, conforme a legislação vigente, observando-se, no que couber, o disposto no Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP).

**5.2.6.** Eventuais adequações técnicas necessárias para viabilizar a migração das Unidades Consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre, incluindo ajustes no Sistema de Medição para Faturamento (SMF), substituição de medidores, instalação de equipamentos de telemetria ou outras adaptações exigidas pela distribuidora ou pela CCEE, deverão ser realizadas pela CONTRATADA, limitadas ao valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Unidade Consumidora, quando aplicável.

**5.2.7.** Compete à CONTRATADA a intermediação técnica e regulatória junto à concessionária distribuidora (ENEL-SP), à Câmara de Comercialização de Energia

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

Elétrica (CCEE) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) durante o processo de migração e ao longo da execução contratual, assegurando o cumprimento das regras aplicáveis ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**5.2.8.** A quantidade de Unidades Consumidoras poderá sofrer alterações ao longo da vigência contratual, mediante inclusão, exclusão ou substituição, a critério da INOVA OZ, desde que observados os critérios regulatórios da CCEE e formalizada comunicação prévia à CONTRATADA.

**5.2.9.** Eventuais alterações que impliquem modificação no volume de energia contratada deverão ser precedidas de aditivo contratual, respeitados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

**6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir do início efetivo do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), após a conclusão das etapas de migração e do decurso do prazo regulatório aplicável à denúncia do contrato de fornecimento perante a concessionária distribuidora local, em conformidade com o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

**6.2.** O início do fornecimento de energia elétrica observará o cronograma de migração das Unidades Consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme estabelecido neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais correspondentes, não se confundindo com a data de assinatura do contrato.

**6.3.** O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INOVA OZ, desde que devidamente justificado e formalizado por meio de termo aditivo.

**6.4.** Eventuais alterações que impliquem modificação no quantitativo de energia contratada, na quantidade de Unidades Consumidoras, no prazo de vigência ou nas condições econômicas do fornecimento deverão observar os limites legais aplicáveis, preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e respeitar as regras e procedimentos vigentes do Ambiente de Contratação Livre.

**7. FATURAMENTO**

**7.1.** O faturamento do fornecimento de energia elétrica será realizado mensalmente, mediante emissão de nota fiscal/fatura ou instrumento de cobrança equivalente pela CONTRATADA em favor da INOVA OZ, observadas as regras do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

**7.1.2.** As faturas deverão ser emitidas com discriminação por Unidade Consumidora (UC), de modo a permitir rastreabilidade do consumo e conferência por UC, incluindo a composição do valor faturado, tributos e encargos incidentes e os volumes considerados (em MWh).

**7.1.3.** A forma de apresentação do faturamento poderá ser ajustada ao longo da vigência contratual, desde que previamente justificada, formalizada e autorizada pela INOVA OZ, sem prejuízo da transparência, da auditabilidade e da comparabilidade histórica das informações.

**7.1.4.** Para viabilizar acompanhamento e fiscalização, a CONTRATADA deverá viabilizar o acesso da INOVA OZ (ou empresa por ela indicada) às informações pertinentes disponíveis nos ambientes e relatórios da CCEE, no que couber à sua condição de representante varejista, respeitados perfis, permissões e regras aplicáveis.

**7.1.5.** A INOVA OZ, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às instalações aos representantes da Contratada, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

**7.1. Energia Mensal Faturável ( $EMF_m$ )**

**7.1.1.** A energia consumida medida no mês contratual, para fins de faturamento, deverá considerar:

- I) o acréscimo do fator de perdas aplicável ao ponto de entrega/contabilização, conforme regras setoriais e parâmetros vigentes; e
- II) o abatimento do volume de energia do PROINFA, quando aplicável, sendo assim apurada a Energia Mensal Faturável ( $EMF_m$ ).

**7.1.2.** O faturamento mensal será calculado de acordo com os parâmetros a seguir:

$$FAT_m = EMF_m \times PEC$$

Onde:

**$FAT_m$**  = Faturamento referente ao mês contratual  $m$ ;

**$EMF_m$**  = Energia Mensal Faturável do mês  $m$ ;

**$PEC$**  = Preço da Energia Contratada válido para cada ano do período de fornecimento e reajustado anualmente pela inflação, vigente no mês contratual; e

**$m$**  = Mês contratual.

**7.1.3.** O faturamento ocorrerá mensalmente, a partir do primeiro mês de suprimento após a migração/ativação comercial das respectivas Unidades Consumidoras no ACL, observadas as regras de contabilização aplicáveis.

## **7.2. Flexibilidade**

**7.2.1.** Considera-se flexibilidade de 100% para fins de faturamento a premissa de que não haverá alteração da fórmula de faturamento ( $FAT_m$ ) nem do Preço da Energia Contratada ( $PEC_m$ ) por sazonalidade, sendo faturado mensalmente o montante apurado como Energia Mensal Faturável ( $EMF_m$ ), conforme consumo efetivo e parâmetros regulatórios aplicáveis.

**7.2.2.** Caso o volume mensal contratado somado à flexibilidade superior de 100% seja integralmente consumido, o contratado irá cobrar os eventuais consumos adicionais ao PLD de cada mês, acrescido do spread em que ocorreu.

**7.2.3.** Na hipótese de o volume mensal consumido ser superior ao volume mensal contratado somado à flexibilidade superior de 100% e persistir por mais de 02 (dois) meses consecutivos, o CONTRATADO, de comum acordo com a INOVA OZ, reunir-se-ão para avaliação e eventual formalização de Termo Aditivo ao Contrato, contemplando o volume adicional.

**7.2.4.** O preço da energia atinente ao novo montante será o praticado no mercado no momento da assinatura do Termo Aditivo.

**7.3. Tributos, memória de cálculo e conferência**

**7.3.1.** O preço e o faturamento devem contemplar os tributos incidentes (ex.: ICMS quando aplicável, além dos demais tributos e encargos setoriais), conforme legislação vigente e critérios do contrato.

**7.3.2.** Ao emitir a nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato a memória de cálculo detalhada, contendo, no mínimo: EMF<sub>m</sub>, perdas consideradas, abatimento PROINFA (quando aplicável), PEC<sub>m</sub>, tributos incidentes, eventuais ajustes decorrentes da contabilização da CCEE, quando aplicáveis, e os relatórios/prints de suporte extraídos da CCEE que fundamentem os percentuais e volumes utilizados.

**8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****8.1. Subcontratação**

**8.1.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o caráter integrado da solução (migração, representação e fornecimento no ACL), que exige responsabilidade técnica e operacional centralizada na CONTRATADA.

**8.2. Sustentabilidade**

**8.2.1.** A presente contratação incorpora critérios de sustentabilidade ambiental, energética e de governança, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentável aplicáveis à Administração Pública e com os objetivos estratégicos do Município de Osasco, considerando que a gestão eficiente do fornecimento de energia elétrica constitui instrumento relevante para a racionalização do consumo energético e para a redução de impactos ambientais associados à geração de energia.

**8.2.2.** A contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL) contribui para maior eficiência econômica e energética na gestão pública, ao permitir a adoção de estratégias de contratação mais competitivas e alinhadas às boas práticas do setor elétrico, promovendo maior previsibilidade orçamentária e melhor gestão dos recursos públicos.

**8.2.3.** A sustentabilidade da contratação também se manifesta sob o aspecto econômico e de governança, ao permitir que a Administração Pública Municipal exerça

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

gestão mais ativa sobre seus contratos de energia elétrica, reduzindo a exposição a variações tarifárias estruturais do mercado cativo e favorecendo a adoção de soluções energéticas mais eficientes ao longo da vigência contratual.

**8.2.4.** Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a CONTRATADA poderá disponibilizar informações relativas à origem da energia comercializada ou à participação de fontes renováveis na matriz energética contratada, por meio de relatórios, certificações ou mecanismos reconhecidos no setor elétrico, tais como Certificados de Energia Renovável (I-REC) ou equivalentes, quando aplicável.

**8.2.5.** A execução do contrato deverá observar integralmente a legislação ambiental, energética e regulatória vigente, bem como as Regras e Procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assegurando a conformidade regulatória da contratação e a adequada rastreabilidade das operações realizadas no Ambiente de Contratação Livre.

**8.2.6.** Os critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência não se limitam a aspectos ambientais, mas também abrangem práticas de boa governança, transparência e responsabilidade na gestão do fornecimento de energia elétrica, alinhando-se às melhores práticas de contratação pública sustentável.

**9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** O prazo de execução do objeto contratual será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir do início efetivo do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), após a emissão da Ordem de Início e a conclusão das etapas de pré-migração e migração das Unidades Consumidoras, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência demais e anexos do Edital.

**9.1.1.** O período compreende, de forma integrada, as etapas de pré-migração, migração, suprimento e acompanhamento pós-migração, observadas as regras e os prazos regulatórios aplicáveis ao Ambiente de Contratação Livre.

**9.1.2.** O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas aplicáveis, quando devidamente justificado e formalizado.



## **9.2. Fiscalização e Acompanhamento da Execução**

**9.2.1.** Nos termos do art. 40, inciso VII, da Lei Federal nº 13.303/2016, e do art. 184 do Regulamento de Compras, Licitações e Contratos da INOVA OZ, ficam designados para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato:

9.2.1.1. **Gestor do Contrato:** Sr. Edson França Marcondes – Diretor Técnico.

9.2.1.2. **Fiscal Técnico do Contrato:** Sr. Wilian de Campos Junior – Gerente de Projetos e Serviços.

**9.2.2.** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, inclusive perante terceiros, por eventuais irregularidades, vícios ocultos ou falhas técnicas. O acompanhamento técnico-administrativo exercido pela INOVA OZ possui natureza de controle e fiscalização, não caracterizando corresponsabilidade por falhas ou omissões da CONTRATADA.

## **9.3. Interlocução e Governança Operacional**

**9.3.1.** A CONTRATADA deverá indicar, até a data de assinatura do contrato, profissional responsável pela interlocução técnica-operacional junto à INOVA OZ, o qual atuará como ponto focal para todos os assuntos relacionados à execução do objeto, incluindo, entre outros, as etapas de pré-migração, migração, suprimento, registros no âmbito da CCEE, faturamento e atendimento a demandas operacionais.

**9.3.2.** O profissional indicado deverá possuir qualificação técnica compatível com a complexidade do objeto contratado e será responsável por assegurar a adequada comunicação entre as partes, bem como pela coordenação das ações necessárias ao cumprimento dos prazos, obrigações regulatórias e contratuais.

**9.3.3.** A CONTRATADA deverá garantir a continuidade da interlocução durante toda a vigência contratual, mantendo o profissional indicado disponível para atendimento às demandas da INOVA OZ, inclusive para prestação de esclarecimentos, encaminhamento de informações e suporte às atividades de fiscalização e acompanhamento do contrato.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**9.3.4.** As comunicações entre as partes deverão ser realizadas por meios formais e rastreáveis, de modo a assegurar histórico, transparência e auditabilidade das informações trocadas no âmbito da execução contratual.

**9.3.5.** Havendo substituição do profissional indicado, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a INOVA OZ, indicando substituto com qualificação técnica equivalente, de forma a não comprometer a continuidade da execução, a governança operacional e o fluxo regular de informações.

**9.4. Condições de Entrega e Local de Contabilização**

**9.4.1.** O fornecimento de energia elétrica objeto deste contrato será realizado no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com entrega no Ponto de Entrega, definido como o Centro de Gravidade do Submercado Sudeste, conforme as regras e os procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante todo o período de suprimento contratado.

**9.4.2.** A apuração do consumo de energia elétrica das Unidades Consumidoras será efetuada com base nos dados registrados no Sistema de Medição para Faturamento (SMF), homologado pela concessionária distribuidora e utilizado para fins de contabilização e liquidação no âmbito da CCEE, constituindo-se como referência oficial para efeitos de faturamento, ajustes e encargos setoriais.

**9.4.3.** A continuidade, a qualidade e as condições físicas do fornecimento de energia elétrica às Unidades Consumidoras permanecem regidas pelos contratos de conexão e uso do sistema firmados com a concessionária distribuidora local, bem como pela regulamentação setorial aplicável, não integrando o objeto desta contratação.

**9.4.4.** O cronograma físico-financeiro e os marcos de execução aplicáveis ao fornecimento e à migração das Unidades Consumidoras observarão o disposto no **Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro**, podendo ser ajustados, quando necessário, nos termos deste Termo de Referência e da legislação vigente.

**9.5. Regras Setoriais, Prazos e Registros**

**9.5.1.** A execução do objeto deverá observar integralmente as regras e os procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

(CCEE), bem como a legislação e regulamentação setorial vigente, incluindo aquelas emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Ministério de Minas e Energia (MME) e as condições técnicas estabelecidas pelas distribuidoras de energia elétrica envolvidas.

**9.5.2.** Compete à CONTRATADA, na qualidade de fornecedora e representante varejista da CONTRATANTE no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a responsabilidade integral pelo cumprimento dos prazos de migração, cadastramento, modelagem, comunicação, registro contratual e demais providências operacionais nos sistemas da CCEE, incluindo o CLIQCCEE ou outro sistema que venha a substituí-lo, quando aplicável.

9.5.2.1. A CONTRATADA será responsável pela denúncia contratual junto à distribuidora e condução integral do processo de migração das UCs ao ACL.

**9.5.3.** A CONTRATADA deverá promover o monitoramento contínuo dos processos e registros no âmbito da CCEE, adotando tempestivamente as medidas necessárias para evitar atrasos, inconsistências ou pendências que possam comprometer a migração, o suprimento de energia ou a regularidade da contabilização e liquidação no ACL.

**9.5.4.** Os registros, comunicações e atos praticados no âmbito da CCEE deverão ser integralmente rastreáveis e auditáveis, devendo a CONTRATADA manter documentação comprobatória, logs, protocolos e relatórios que evidenciem o cumprimento das obrigações assumidas, os quais deverão ser disponibilizados à INOVA OZ sempre que solicitados.

**9.5.5.** Eventuais alterações excepcionais de prazos ou quantitativos, por iniciativa da CONTRATANTE, deverão ser comunicadas à CONTRATADA com antecedência mínima de **15 (quinze) dias**, sempre que operacionalmente viável, observado o equilíbrio contratual e as regras setoriais aplicáveis.

**9.5.6.** Na hipótese de impossibilidade de cumprimento de prazos originalmente estabelecidos por motivo imputável à CONTRATADA, esta deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE, apresentando justificativa técnica detalhada e plano de mitigação, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e da aplicação das medidas contratuais cabíveis.

**9.5.7.** Os atrasos decorrentes exclusivamente de caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados, comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados inadimplemento contratual, permanecendo, contudo, a obrigação da CONTRATADA de adotar todas as medidas razoáveis para mitigar seus efeitos e retomar a execução regular do contrato no menor prazo possível.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, com este Termo de Referência e com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** A gestão do contrato compreenderá o conjunto de atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, fiscalização, registro, avaliação de desempenho e adoção de medidas corretivas, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, incluindo as etapas de migração e suprimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e o atendimento do interesse público.

**10.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por fato alheio à vontade das partes, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro formal, observado o disposto na legislação aplicável.

**10.4.** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, por meios formais e rastreáveis, admitindo-se o uso de comunicações eletrônicas institucionais, sempre que compatíveis com a natureza do ato.

**10.5.** Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação do plano de fiscalização, das obrigações contratuais, dos fluxos de comunicação, dos mecanismos de acompanhamento, dos indicadores de desempenho aplicáveis e das sanções previstas.

**10.5.1.** A CONTRATADA deverá participar, quando solicitado pela CONTRATANTE, de reuniões periódicas de acompanhamento da execução contratual, destinadas à análise

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

do desempenho do fornecimento, evolução do consumo das unidades consumidoras e eventuais oportunidades de otimização da gestão energética.

**10.6.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) formalmente designado(s) pela CONTRATANTE, observado o disposto no **Item 9** deste Termo de Referência, cabendo-lhes zelar pelo cumprimento das condições contratuais e pelo adequado desempenho da CONTRATADA.

**10.7.** O acompanhamento da execução incluirá, quando aplicável:

- I – verificação periódica do cumprimento das obrigações contratuais, regulatórias e operacionais no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- II – análise dos relatórios, registros e evidências apresentados pela CONTRATADA;
- III – acompanhamento dos processos de medição, contabilização, faturamento e eventuais ajustes realizados no âmbito da CCEE;
- IV – registro de ocorrências, recomendações e determinações no histórico de gestão do contrato.

**10.8.** O fiscal do contrato registrará, de forma sistemática, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução, indicando providências adotadas ou necessárias para a correção de falhas, irregularidades ou desvios identificados.

**10.9.** Identificada qualquer irregularidade ou inexatidão na execução, o fiscal do contrato emitirá notificação formal à CONTRATADA, estabelecendo prazo para correção, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

**10.10.** O gestor do contrato consolidará as informações relativas ao acompanhamento e à fiscalização, coordenará a atualização do histórico de gestão contratual e elaborará relatórios gerenciais, com vistas à avaliação da execução e à verificação da necessidade de ajustes, prorrogações ou aditivos.

**10.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e os aspectos relacionados à liquidação e ao pagamento das despesas, registrando eventuais ocorrências que possam impactar o fluxo normal do contrato.

**10.12.** Com base nos registros e avaliações do fiscal, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório do cumprimento das obrigações contratuais pela

CONTRATADA, inclusive quanto ao desempenho, quando aplicável, e às penalidades eventualmente aplicadas.

**10.13.** Constatadas irregularidades graves ou descumprimentos contratuais, o gestor do contrato adotará as providências necessárias para a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da legislação vigente.

## **11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **11.1. Recebimento do Objeto**

**11.1.1.** Para os fins deste contrato, considera-se como objeto passível de recebimento administrativo a fatura mensal de energia elétrica ou instrumento de cobrança equivalente, emitida pela CONTRATADA, acompanhada da respectiva memória de cálculo, dos dados de medição e contabilização aplicáveis e dos relatórios de suporte extraídos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), quando aplicável.

**11.1.2.** As faturas de energia elétrica ou instrumentos de cobrança equivalentes serão recebidas pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para fins de verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com a proposta contratada e com a regulamentação setorial vigente.

**11.1.3.** Para fins de composição da fatura, a CONTRATADA deverá obter as medições do consumo de energia elétrica por meio do Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE), ou outro sistema que venha a substituí-lo, observados os prazos, critérios e procedimentos definidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

**11.1.4.** A CONTRATADA deverá apresentar as faturas à CONTRATANTE **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do consumo**, acompanhadas, obrigatoriamente, da memória de cálculo detalhada, contendo, no mínimo, a Energia Mensal Faturável (EMF), os fatores de perdas considerados, o abatimento do PROINFA (quando aplicável), o preço da energia contratado, os tributos incidentes, eventuais ajustes e os relatórios de suporte da CCEE.

**11.1.5.** A análise das faturas será realizada pelo fiscal do contrato e submetida à aprovação do gestor do contrato, com vistas à verificação da aderência aos critérios contratuais, regulatórios e aos parâmetros de faturamento definidos neste Termo.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**11.1.6.** O prazo para análise poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do correto atendimento das exigências contratuais.

**11.1.7.** Em caso de controvérsia quanto a parte do faturamento apresentado, a CONTRATANTE deverá comunicar formalmente a CONTRATADA, que ficará autorizada a emitir nota fiscal correspondente exclusivamente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

**11.1.8.** O prazo destinado à correção de inconsistências, ao saneamento da nota fiscal ou à complementação de informações e documentos não será computado para fins de recebimento definitivo.

**11.2. Liquidação da Despesa**

**11.2.1.** Concluída a conferência da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, será iniciado o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, quando devidamente justificado.

**11.2.2.** O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de despesas cujo valor não ultrapasse o limite previsto no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016.

**11.2.3.** A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pela CONTRATADA, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, aplicado de forma compatível às empresas públicas.

**11.2.4.** Havendo erro formal, material ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

**11.2.5.** A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante documentação equivalente.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**11.2.6.** Constatada irregularidade fiscal, a CONTRATADA será formalmente notificada para regularização no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma única vez, a critério da CONTRATANTE.

**11.2.7.** Persistindo a irregularidade, serão adotadas as providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à comunicação aos órgãos competentes e à eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.3. Prazo de pagamento**

**11.3.1.** O pagamento das faturas de energia elétrica será efetuado em **até 10 (dez) dias úteis após a liquidação administrativa da despesa**, contados da data do recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente regularmente atestado, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – recebimento da fatura dentro do prazo previsto neste Termo de Referência;
- II – atesto formal do fiscal e do gestor do contrato quanto à conformidade da cobrança;
- III – regular liquidação administrativa da despesa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e dos normativos internos da INOVA OZ.

**11.3.2.** Com o objetivo de garantir adequada gestão financeira das Unidades Consumidoras no Ambiente de Contratação Livre (ACL), o vencimento da fatura emitida pela CONTRATADA deverá observar compatibilidade com o ciclo de faturamento da concessionária distribuidora local (ENEL-SP), de forma a permitir o adequado casamento entre as obrigações relativas à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e ao fornecimento de energia elétrica no ACL.

**11.3.3.** Para fins operacionais, o prazo de vencimento das faturas emitidas pela CONTRATADA não deverá ser anterior ao vencimento médio das faturas da concessionária distribuidora, preservando o fluxo financeiro regular da CONTRATANTE.

**11.3.4.** O prazo de pagamento será contado a partir da data do recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente devidamente liquidado, interrompendo-se automaticamente na hipótese de inconsistências, divergências de contabilização, ausência de documentação de suporte ou pendências de regularidade fiscal da CONTRATADA.



**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**11.3.5.** Na ocorrência de interrupção do prazo de pagamento, este será reiniciado integralmente após a reapresentação da documentação saneada pela CONTRATADA, sem que disso resulte qualquer ônus, encargo ou penalidade à CONTRATANTE.

**11.3.6.** Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo contratual de pagamento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**11.4. Forma de pagamento**

**11.4.1.** O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, indicada formalmente no momento da assinatura do contrato, preferencialmente em instituição financeira oficial, ou outra previamente aceita pela CONTRATANTE.

**11.4.2.** O pagamento estará condicionado à emissão da respectiva ordem bancária, observados os procedimentos internos de execução financeira e os controles administrativos aplicáveis à INOVA OZ, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

**11.4.3.** No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias e fiscais previstas na legislação vigente, independentemente de menção expressa na proposta comercial ou na fatura apresentada.

**11.4.4.** A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não estará sujeita às retenções abrangidas por esse regime, desde que comprove, de forma documental e atualizada, o enquadramento nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, ficando o pagamento condicionado à validação dessa condição pela CONTRATANTE.

**11.4.5.** Eventuais glosas, compensações ou ajustes decorrentes de divergências, revisões regulatórias, ajustes de contabilização no âmbito da CCEE ou aplicação de cláusulas contratuais poderão ser realizados nas faturas subsequentes, mediante apresentação da respectiva memória de cálculo e comunicação formal à CONTRATADA.

**11.5. Antecipação de pagamento**

**11.5.1.** É expressamente vedada a realização de pagamento antecipado, total ou parcial, inclusive sob a forma de adiantamentos, pré-pagamentos, compensações

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

futuras ou qualquer outro mecanismo que não esteja lastreado na efetiva execução do objeto e na correspondente contabilização da energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**11.5.2.** Não será admitido pagamento com base em estimativas de consumo, projeções futuras, expectativas de entrega ou volumes de energia não contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

**11.5.3.** Qualquer tentativa de antecipação de pagamento em desacordo com este Termo de Referência será considerada infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativas, civis e legais cabíveis.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos, bem como o atendimento às disposições legais, regulatórias e normativas aplicáveis ao fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**12.2.** Receber o objeto contratual nas condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, procedendo à análise técnica, administrativa e regulatória das faturas, memórias de cálculo e documentos apresentados pela **CONTRATADA**, conforme os critérios de faturamento definidos neste Termo de Referência.

**12.3.** Notificar formalmente a CONTRATADA, por escrito, acerca de inconsistências, inexatidões ou incorreções verificadas na execução do objeto, no faturamento ou na documentação apresentada, fixando prazo razoável para sua correção, saneamento ou esclarecimento, sem prejuízo da aplicação das medidas contratuais cabíveis.

**12.4.** Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do contrato de forma contínua e criteriosa, designando, para esse fim, Gestor do Contrato e Fiscal Técnico, integrantes do quadro próprio da INOVA OZ, aos quais competirá o acompanhamento técnico-operacional, administrativo e regulatório da execução contratual.

**12.5.** Comunicar à CONTRATADA, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade do fornecimento ou do faturamento apresentado, para emissão de nota fiscal ou instrumento de

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

cobrança correspondente exclusivamente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

**12.6.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, observados os procedimentos internos de execução financeira da INOVA OZ.

**12.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na legislação aplicável, no edital, no contrato e em seus anexos, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.8.** Emitir decisão expressa e fundamentada sobre todas as solicitações, requerimentos e reclamações formulados pela CONTRATADA relacionadas à execução do contrato, ressalvados aqueles manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução contratual.

**12.8.1.** As decisões administrativas referidas no subitem anterior deverão ser proferidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, quando a complexidade da matéria assim o exigir.

**12.9.** Disponibilizar à CONTRATADA, no âmbito de sua competência institucional, as informações técnicas, cadastrais e operacionais necessárias à adequada execução do objeto, inclusive aquelas relacionadas às Unidades Consumidoras, desde que formalmente solicitadas e não abrangidas por sigilo legal ou contratual.

**12.10.** Apoiar, quando solicitado e dentro de suas atribuições institucionais, a interlocução da CONTRATADA junto à concessionária distribuidora de energia elétrica e à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), especialmente nas etapas relacionadas à migração das Unidades Consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), sem que tal apoio implique assunção de responsabilidades operacionais, regulatórias ou financeiras por parte da CONTRATANTE.

**12.11.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou responsabilidades exclusivas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou representantes.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos técnicos, operacionais, regulatórios, financeiros e comerciais decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observadas as disposições da Lei nº 13.303/2016, da legislação setorial aplicável e das normas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

**13.2.** Executar o objeto contratado com observância às melhores práticas técnicas, regulatórias e comerciais aplicáveis ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo a continuidade, regularidade e conformidade do fornecimento de energia elétrica.

**13.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas técnicas, erros operacionais e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos da legislação aplicável, inclusive perante terceiros, não sendo excluída ou reduzida tal responsabilidade pela fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

**13.4.** Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, no prazo fixado pela fiscalização, quaisquer inconsistências, falhas, vícios ou incorreções verificados na execução do objeto, no faturamento, nos registros ou na documentação apresentada.

**13.5.** Comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato relevante, ocorrência anormal, evento adverso ou risco que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, indicando as medidas de mitigação adotadas.

**13.6.** Realizar, às suas expensas e sob sua integral responsabilidade, todos os procedimentos de cadastro, modelagem, registro, contabilização e liquidação das operações junto à CCEE, desde que a documentação necessária seja disponibilizada pela CONTRATANTE em tempo hábil.

**13.7.** Representar a CONTRATANTE, na condição de comercializadora varejista, perante a CCEE, a concessionária distribuidora local (ENEL – SP) e demais agentes setoriais, nos

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

assuntos relacionados à execução do objeto e à migração das Unidades Consumidoras para o ACL.

**13.8.** Cumprir integralmente as Regras e Procedimentos de Comercialização da CCEE, as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Ministério de Minas e Energia (MME), do Operador Nacional do Sistema (ONS) e demais atos normativos aplicáveis, mantendo a CONTRATANTE informada sobre alterações regulatórias relevantes.

**13.9.** Acompanhar e validar os dados de medição das Unidades Consumidoras no Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE), respondendo por eventuais inconsistências, atrasos ou falhas no processo de contabilização.

**13.10.** Garantir integralmente o lastro de energia elétrica necessário ao atendimento do consumo da CONTRATANTE, assumindo todos os riscos associados à modulação, sazonalidade, variação de carga, diferenças entre energia contratada e consumida e exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP).

**13.11.** Arcar com todos os aportes financeiros exigidos pela CCEE, bem como com a liquidação financeira perante o agente bancário de liquidação e custódia das operações do setor elétrico.

**13.12.** Assumir integralmente os custos, tributos e encargos incidentes sobre a comercialização e entrega da energia elétrica até o Ponto de Entrega – Centro de Gravidade do Submercado Sudeste, observadas as regras de comercialização da CCEE e a legislação aplicável.

**13.13.** Na hipótese de a CONTRATADA estar localizada em submercado distinto daquele do Ponto de Entrega da CONTRATANTE, responder integralmente pelos riscos e impactos financeiros decorrentes da exposição entre submercados.

**13.14.** Apresentar mensalmente à CONTRATANTE relatório técnico contendo, no mínimo, a medição apurada, o consumo efetivo, a comparação entre energia contratada e consumida, eventuais déficits ou sobras e os encargos apurados pela CCEE de todas as Unidades Consumidoras.

**13.15.** Disponibilizar, sempre que solicitado, boletins, relatórios e informações mercadológicas relevantes, incluindo, entre outros, Preço de Liquidação das Diferenças

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

(PLD), Custo Marginal de Operação (CMO), Energia Natural Afluente (ENA), níveis de armazenamento, previsão hidrológica e Média de Longo Termo (MLT).

**13.16.** Conceder acesso às plataformas e relatórios da CCEE à INOVA OZ e/ou empresa por ela indicada, mediante cadastramento na lista de contatos da CCEE, assegurando transparência, rastreabilidade e auditabilidade das informações.

**13.17.** Responder aos questionamentos formulados pela CONTRATANTE no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo em situações que demandem análise técnica complexa, devidamente justificadas.

**13.18.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

**13.19.** Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de segurança do trabalho, não se estabelecendo qualquer vínculo ou responsabilidade solidária com a CONTRATANTE.

**13.20.** Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nem de menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, nos termos da legislação vigente.

**13.21.** Manter sigilo sobre todas as informações técnicas, comerciais, operacionais e estratégicas obtidas em razão da execução do contrato, observada a legislação de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

**13.22.** Possuir e manter válidas, durante toda a vigência contratual, todas as licenças, autorizações e registros necessários à execução do objeto.

**13.23.** Executar o objeto contratual em conformidade com os princípios da sustentabilidade, adotando práticas que promovam eficiência energética, transparência, boa governança e, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a ampliação da participação de fontes renováveis na matriz contratada.

**13.24.** Adotar práticas que promovam a eficiência energética, a racionalização do uso de recursos naturais e a conformidade com as políticas públicas de transição energética e desenvolvimento sustentável.

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

**13.25.** Indicar formalmente preposto responsável pela representação técnica e operacional perante a CONTRATANTE antes do início da execução do contrato, mantendo-o durante toda a vigência contratual.

**13.26.** Substituir, sempre que solicitado pela fiscalização, qualquer profissional envolvido na execução do objeto cuja conduta, desempenho ou qualificação sejam considerados inadequados, sem prejuízo da continuidade do serviço.

**14. Matriz de Riscos**

DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
Descumprimento de prazos e ações por parte da Concessionária de Energia.	Impacto no cronograma de migração	Atuação conjunta da CONTRATANTE e da CONTRATADA, incluindo interlocução técnica da CONTRATADA junto à Distribuidora de Energia e, quando necessário, junto à ANEEL, por meio de canais oficiais.	CONTRATANTE
Mudanças regulatórias e normativas do Setor Elétrico que provoquem o surgimento, modificação ou extinção de encargos, custos, subsídios, tributos ou incentivos com impacto nas projeções econômicas e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Impacto nas projeções de economia e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Monitoramento do ambiente regulatório e revisão da estratégia de aquisição de energia.	CONTRATANTE E CONTRATADA
Racionamento e Racionalização	Redução do escopo contratual	Alertar para o agravamento da situação de geração de energia elétrica que sucede durante o contrato, buscando melhorar a eficiência energética, de forma a manter a disponibilidade de energia elétrica. Observância estrita das determinações legais e das Regras de Comercialização da CCEE, sem caracterização de inadimplemento contratual.	
Caso Fortuito e Força Maior	Efeitos que não sejam possível evitar	Notificação da parte afetada à outra parte dentro do prazo definido e comprometimento para adoção de todas as medidas que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes do Caso	

**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A.**

		Fortuito ou da Força Maior, conforme definido no Código Civil e no Item 4 do Termo de Referência.	
Responsabilidade e Indenização	Multa por rescisão contratual	Diligência das partes no sentido de evitar ou mitigar o dano.	
Incidência de responsabilidade civil, administrativa, tributária, ambiental ou criminal por ações, omissões ou fatos imputáveis exclusivamente ao contratado.	Efeitos inevitáveis	Análise e decisão quanto ao ocorrido, podendo haver solicitação de informações adicionais.	CONTRATADA
Falha na gestão de compromissos financeiros da contratada junto à CCEE.	Risco de desligamento como agente da CCEE, exposição financeira no MCP e comprometimento da continuidade do fornecimento	Acompanhamento da situação junto à CCEE.	